Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 4422/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/15832/2015
PROTOCOLO	: 1626326
ÓRGÃO	: FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS
ORDEN. DE DESPESAS	: NELSON BARBOSA TAVARES
CARGO DO ORDENADOR	: SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE
ASSUNTO DO PROCESSO	: NOTA DE EMPENHO N° 4524/2015
RELATORA	: CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
CONTRATADA	: PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS
PROCED. LICITATÓRIO	: DISPENSA DE LICITAÇÃO
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO MS.
VALOR DA CONTRATAÇÃO	: R$ 81.461,90

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO MS. FORMALIZAÇÃO. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE.

Versam os presentes autos sobre a Nota de Empenho nº 4524/2015, formalizada entre o **Fundo Especial de Saúde de MS** e **Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos**, objetivando a aquisição de aquisição de uniforme escolar para os alunos da rede municipal de ensino do município de Anastácio/MS, com valor contratual no montante de R$ 81.461,90 (oitenta e um mil quatrocentos e sessenta e um reais e noventa centavos).

Para tanto, foi realizado o procedimento licitatório na modalidade Dispensa de Licitação.

Nesta fase processual objetiva-se analisar a **regularidade** do procedimento licitatório (1ª fase), da formalização da Nota de Empenho nº

4524/2015 (2ª fase), e da execução financeira em comento (3ª fases).

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 6º Inspetoria de Controle Externo emitiu sua Análise **ANA –6ICE – 26748/2016** (Peça 15) opinando pela ***regularidade*** do procedimento licitatório na modalidade Dispensa de Licitação (1ª fase), de sua formalização (2º fase) e da execução financeira da Nota de Empenho nº 4524/2015 (3ª fase).

Por sua vez, o ilustre representante Ministerial, em seu Parecer **PAR- 4ª PRC – 4728/2017** (Peça 17), concluiu pela **regularidade** do procedimento licitatório na modalidade Dispensa de Licitação (1ª fase), de sua formalização (2º fase) e da execução financeira da Nota de Empenho nº 4524/2015 (3ª fase).

Vieram os autos a esta Relatoria para Decisão.

É O RELATÓRIO.

Insta salientar, conforme consta dos autos, que a presente decisão recai sobre a **regularidade** do procedimento licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação (1ª fase), de sua formalização (2ª fase), e da execução financeira da Nota de Empenho em comento (3ª fase).

Constata-se assim, por meio da documentação juntada, que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos quanto à regularidade da matéria relativa à contratação, mediante Dispensa de Licitação e também quanto à formalização Nota de Empenho nº 4524/2015.

Do mesmo modo, verifico que foram cumpridas as exigências regimentais e regulamentares quanto à remessa e tempestividade dos documentos juntados aos autos.

Outrossim, verifica-se que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos quanto à regularidade da matéria relativa à execução financeira.

De fato, a liquidação da despesa, cujo resumo segue abaixo, exibe com clareza a similitude do total de notas de empenho válidas e total de pagamentos, demonstrando, assim, sua regularidade:

VALOR DO EMPENHO	R$	81.461,90
TOTAL DE COMPROVANTES DESPESAS EMITIDO	R$	81.461,90
TOTAL DE ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS	R$	81.461,90

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de**:**

1) Declarar a ***regularidade*** do procedimento Dispensa de Licitação (**1ª fase**), nos termos do art. 120, inciso I, alínea “b”, da Resolução Normativa n.º 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar n.º 160/12;

2) Declarar a ***regularidade*** da formalização da Nota de Empenho nº 4524/2015 (**2ª fase**), nos termos do art. 120, inciso II, da Resolução Normativa n.º 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar n.º 160/12;

3) Declarar a ***regularidade*** da execução financeira da Nota de Empenho nº 4524/2015 **(3ª fase)**, nos termos do

art. 120, inciso III, também da Resolução Normativa n.º 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar n.º 160/12; e

4) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, § 2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 17 de outubro de 2017.

Cons. MARISA SERRANO

RELATORA

wal